

Emendas visam garantir a reeleição

O que os deputados estaduais aprovaram e enviaram ao governador Leonel Brizola para sanção é mais um calhamaço de emendas eleitoreiras do que uma proposta orçamentária. Os deputados sequer se deram ao trabalho de calcular as dotações finais de cada rubrica, o que fez com que três delas ficassem com valores negativos. Se o estado não dependesse do orçamento para funcionar, a proposta aprovada na Assembléia Legislativa certamente seria devolvida por conter inúmeras incorreções técnicas. Porém, no que se refere aos anexos, para evitar problemas maiores, a equipe do governo preferiu fazer alguns ajustes e vetar apenas o que é impossível de corrigir, como as dotações negativas.

Além da reserva de contingência, que

ficou com Cr\$ 1,2 bilhão negativo (em valores de junho), os deputados retiraram de outros dois programas de trabalho mais recursos do que os existentes. A reserva de contingência é uma verba para ser usada apenas em casos de emergência ou imprevistos. Como o estado andou *apertado* no ano passado, colocou apenas Cr\$ 1 milhão (em valores de junho) nesta rubrica. Contrariando a Lei 4.320 que rege a elaboração de orçamentos públicos, os deputados deram um *jeitinho* de aumentar em Cr\$ 109 bilhões a estimativa de arrecadação, e alocaram mais Cr\$ 33,2 bilhões na reserva de contingência, em valores de junho.

Porém, não tinham a intenção de resguardar o governo de uma eventualidade. O objetivo era retirar desta rubrica —

que não estava comprometida com nenhum programa de trabalho — os recursos para as inúmeras obras eleitoreiras propostas nas emendas da grande maioria dos deputados. O problema é que na ânsia de garantirem o seu quinhão no orçamento, os parlamentares acabaram retirando mais recursos do que os existentes. Para resolver o problema, o secretário estadual de Planejamento, Fernando Lopes, decidiu que serão vetadas duas das mais de 270 emendas que retiravam recursos da reserva de contingência. As duas são do deputado Carlos Correia (PDT) que compreendeu a atitude do governo. Fernando Lopes ressaltou que não avaliou o mérito das emendas, pretendendo apenas fazer uma correção técnica.